



José Gabriel Ávila\*

# A SATA e outros “casos”

1. A atividade económica e sócio-cultural que ora regista a Ilha do Pico é substancialmente diferente da época baixa do turismo. Nesses meses, a população residente mal se aproxima dos 14 mil habitantes (13.883, segundo o Censo de 2021).

Em junho, segundo o SREA, a afluência de passageiros desembarcados via aérea no aeroporto picoense ultrapassou os 5.800, número que, tendo em conta o crescimento do movimento aéreo, o número de visitantes a circularem pela estradas e a ocupação das unidades hoteleiras, deverá ter sido largamente ultrapassado no mês seguinte.

Espero que estes valores sejam tomados em conta nos estudos de mercado em que se fundamentam projetos de vária ordem, nomeadamente, a há muito aguardada, porque necessária, ampliação da pista do aeroporto do Pico.

Lamento que a transportadora açoriana faça ouvidos de mercador às antigas reivindicações dos picoenses.

Como concessionária do serviço público de transporte aéreo com o continente, a administração da SATA limita-se a cumprir os mínimos: não acompanha a evolução do mercado, nem oferece mais voos semanais diretos entre Pico e Lisboa.

Ainda esta semana, a companhia anunciou para a próxima época baixa (27 de outubro e 29 de março) ligações diretas entre Ponta Delgada e Montreal, Faro e Milão, como se dispusesse de uma frota suficiente para suportar os normais percalços.

Como tal não se verifica, continua a fretar aeronaves em regime ACMI para viagens entre a Terceira e destinos vários, mas os açorianos desconhecem quanto custam esses negócios e ninguém questione esse “segredo” empresarial...

Bem diferente foi a posição da nova administração sobre a contestação geral ao encerramento de agências. Neste caso, os novos gestores da SATA foram lesto em cortar despesas, vindo a público divulgar a poupança de 1,5 milhões de euros. E o aluguer constante de aviões, quanto custa? Por que não colocaram essa questão ao novo Presidente da SATA os deputados?

2. Há muito vimos assistindo a uma contestação sem tréguas desencadeada pelo responsável da Câmara do Comércio e Indústria de Angra a empreendimentos realizados em São Miguel.

Agora é sobre a instalação de um cabo submarino da Google, empreendimento que, a acreditar no Presidente Bolieiro, só recebeu apoio político do governo.

Em minha opinião, esta postura não é inocente. Envolve não só o representante dos empresários terceirenses – face visível do poderoso lóbi – e outros políticos do seio da coligação.

Só assim se explica, por exemplo, que as competências do funcionamento da Aerogare Civil do Aeroporto das Lajes sejam do Vice-presidente do Governo, enquanto os outros aeroportos da Região (Graciosa, Pico, São Jorge e Corvo) estão sobre a alçada da Secretária da Mobilidade e Transportes.

De então para cá, aumentaram as rotas da Terceira para novos destinos, alguns com recurso a ACMI (fretamento de aeronaves com tripulação, manutenção e seguros), desconhecendo-se os reais encargos ou benefícios dessas operações.

Estas evidências não se podem nem esconder, nem menosprezar com juras de uma unidade que se desconjunta de dia para dia.

A Autonomia Regional levou anos a construir e partiu de um paradigma simples, que envolveu todos os açorianos: desenvolvimento harmónico de todas as ilhas e de todas as populações, vivam onde vivam.

É por isso que os deputados eleitos, são deputados regionais. A sua missão é defender, por igual, o todo e cada uma das partes.

Este, porém, não é o entendimento assumido por todos. Quando, por exemplo, um deputado eleito por São Jorge, pelo Pico ou pelas Flores só se pronuncia, habitualmente, sobre uma determinada matéria específica da sua ilha e não envolve outros casos semelhantes, de outras parcelas açorianas, deixa entender que desconhece o tecido sócio-económico regional e que está mais preocupado em responder ao seu eleitorado que à maioria dos açorianos.

Governar, fazer política é sobretudo ter em vista o bem comum do TODO e não apenas das partes.

A continuar assim, o projeto autonómico terá muitas dificuldades em subsistir e em regenerar-se como impõe a democracia, a administração au-

tónoma e a evolução social.

3. Mais um empreendimento turístico encontra-se parado e não concluído.

É da “Azorparadise – actividade turística e hoteleira, Lda.” que pretendia construir apartamentos turísticos no Cais do Galego, Piedade.

Custo total elegível do empreendimento: 2.671.803,77 euros; apoio da União Europeia através do programa “Açores 2020” 1.504.225,52 euros. Esta informação está disponível em placar, no local.

Alguns edifícios estão em fase de conclusão, outros mais atrasados. (ver fotos anexas)



A população interroga-se sobre o que se passa. Será que a empresa vai retomar as obras? E se o não fizer: a quem compete zelar pela reposição da paisagem onde a população não tinha autorização para construir? E as verbas comunitárias ou outras: será que os proprietários vão ressarcir os apoios recebidos? Ou será a Região a restituir ao FEDER a verba atribuída? Por que não intervêm os organismos oficiais competentes?

Semelhante a este projeto encontra-se outro no ramal de acesso ao Aeroporto, em Santa Luzia. O edifício destina-se à fabricação de “pellets” de madeira para aquecimento. Produziria 5 tons pellets/hora.

Todos estes empreendimentos tiveram apoios públicos, pelo que se espera que os responsáveis governamentais e locais se pronunciem sobre o que aconteceu. Para que haja transparência na administração dos dinheiros públicos e responsabilização dos atos empresariais.